AS AVALIAÇÕES EXTERNAS APLICADAS NAS ÁREAS RURAIS: UMA ANÁLISE DA PROVA PARANÁ DE MAIO DE 2025

Autor(res)

Renata Aparecida Frigeri
Caio Bragueto Da Mata

Categoria do Trabalho

Pós-Graduação

Instituição

ANHANGUERA - EAD

Introdução

O processo de ensino-aprendizagem é amplamente discutido por diferentes teóricos, destacando-se a necessidade de considerar a realidade concreta dos estudantes para que os conteúdos façam sentido e contribuam efetivamente para a formação integral. Para Luckesi (2014), a avaliação deve ser concebida como ato amoroso, inclusivo e não excludente, capaz de promover o desenvolvimento humano em sua totalidade, e não como simples mecanismo de classificação. Nesse sentido, a Prova Paraná, enquanto avaliação externa aplicada em larga escala, suscita questionamentos acerca de sua natureza: estaria voltada à promoção de uma aprendizagem significativa e inclusiva ou se limita a uma prática classificatória que pouco dialoga com a diversidade dos estudantes?

O estado do Paraná possui uma população marcada pela heterogeneidade, abrangendo grandes centros urbanos e amplas regiões rurais. Tal diversidade impõe o desafio de pensar políticas educacionais e instrumentos de avaliação que contemplem igualmente esses diferentes contextos. No entanto, observa-se que avaliações externas, ao padronizarem descritores e conteúdos, podem gerar tensões e inseguranças em professores e alunos de escolas localizadas em áreas mais remotas, onde as condições materiais e sociais são desiguais.

Fernandes (2013) enfatiza que a complexidade da educação exige novas práticas avaliativas, capazes de descrever, analisar e interpretar os processos de aprendizagem com maior profundidade, rigor e utilidade pedagógica. Diante disso, a análise da Prova Paraná revela-se necessária para compreender se ela, de fato, atende a tais exigências ou se reforça contradições já presentes no sistema educacional, especialmente no que se refere ao direito à educação de qualidade para estudantes das áreas rurais.

Objetivo

O processo de ensino-aprendizagem é amplamente discutido por diferentes teóricos, destacando-se a necessidade de considerar a realidade concreta dos estudantes para que os conteúdos façam sentido e contribuam efetivamente para a formação integral. Para Luckesi (2014), a avaliação deve ser concebida como ato amoroso, inclusivo e não excludente, capaz de promover o desenvolvimento humano em sua tota

Material e Métodos

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza documental e caráter exploratório, voltada

à análise da avaliação externa Prova Paraná, aplicada em 21 de maio de 2025. O corpus de investigação constituiu-se do caderno de provas dessa edição, composto por 44 questões. Como referenciais, consideraram-se os conteúdos e descritores estabelecidos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP), por se configurarem como parâmetros oficiais para o ensino fundamental no estado.

O procedimento metodológico consistiu na análise minuciosa de cada questão, buscando identificar convergências e divergências em relação aos conteúdos prescritos e, sobretudo, a presença ou ausência de elementos que dialoguem com a realidade cotidiana dos estudantes das áreas rurais. Dessa forma, procurou-se verificar se a avaliação contempla a diversidade sociocultural existente na rede pública paranaense ou se reforça uma perspectiva homogeneizadora, pouco sensível às especificidades do campo.

Resultados e Discussão

A análise das 44 questões da Prova Paraná 2025 permitiu identificar que, em sua maior parte, os itens estavam formalmente alinhados aos descritores previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP). Essa conformidade revela um esforço do exame em garantir coerência com os parâmetros curriculares oficiais, atendendo a critérios de padronização e de aferição de competências e habilidades estabelecidas para o ensino fundamental. Contudo, a investigação evidenciou limitações significativas quanto à capacidade da avaliação de dialogar com a diversidade cultural e social da rede pública paranaense, em especial no que se refere às escolas do campo.

Foi possível observar que a maior parte dos textos e situações-problema apresentados nas questões remetia a contextos urbanos ou a referências genéricas, distantes da realidade cotidiana dos estudantes das áreas rurais. A ausência de temas vinculados ao trabalho agrícola, às comunidades tradicionais, aos povos indígenas e quilombolas, bem como às especificidades do meio rural, reforça uma perspectiva homogeneizadora que desconsidera a pluralidade de experiências formativas presentes no estado. Tal constatação vai ao encontro das críticas formuladas por Arroyo (2012) e Caldart (2004), que apontam a necessidade de uma educação do campo construída a partir da valorização dos sujeitos que nela vivem e trabalham, e não pela mera reprodução de modelos urbanos.

Além disso, a forma de elaboração das questões tende a privilegiar a memorização e a aplicação mecânica de conteúdos, em detrimento de práticas avaliativas formativas, inclusivas e mediadoras. Nesse sentido, a avaliação externa distancia-se das concepções defendidas por Luckesi (2014), para quem avaliar deve ser um ato de inclusão e de promoção da aprendizagem, e por Hoffmann (2009), que entende a avaliação como mediação, isto é, como processo contínuo de reflexão e transformação pedagógica. Também se percebe a ausência de uma abordagem crítica, como defendida por Fernandes (2008), que sugere modelos de avaliação mais interpretativos, capazes de descrever e analisar a complexidade da aprendizagem.

Esses resultados indicam que a Prova Paraná, ao não incorporar elementos da realidade rural e ao manter-se restrita a um formato classificatório, corre o risco de ampliar desigualdades já existentes entre estudantes do campo e da cidade. Em vez de se constituir como instrumento de apoio pedagógico, pode gerar insegurança entre professores e alunos, sobretudo nas escolas com condições materiais e sociais mais frágeis. Assim, reforça-se a necessidade de repensar o papel das avaliações externas, de modo que sejam concebidas não apenas como mecanismos de medição de desempenho, mas como ferramentas para a democratização do ensino, alinhadas às especificidades socioculturais da educação básica brasileira.

Conclusão

A análise da Prova Paraná 2025 revelou que, embora alinhada à BNCC e ao CREP, a avaliação externa pouco contempla a realidade dos estudantes das áreas rurais, reforçando uma perspectiva homogeneizadora. Ao priorizar conteúdos padronizados e contextos urbanos, limita seu potencial inclusivo e formativo. Torna-se necessário repensar tais instrumentos para que contribuam efetivamente para a equidade educacional.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. Ofício de mestre: imagens e autoimagens. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do movimento sem terra. 5. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
FERNANDES, Domingos. Para uma teoria da avaliação no domínio das aprendizagens. Estudos em Avaliação Educacional, v. 19, n. 41, p. 347–372, jan./abr. 2008. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2223. Acesso em: 25 set. 2025.
HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho. 12. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
SOARES, José Francisco. O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos. Educação e Pesquisa, v. 30, n. 1, p. 53–71, jan./abr. 2004. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27984. Acesso em: 25 set. 2025.